

ALÉM DAS OPRESSÕES URBANAS

Raça, classe e gênero como
referências para práticas
e imaginários de cidades



Além das Opressões Urbanas

Projeto Editorial

Caroline Rodrigues da Silva
Aécio Barbosa de Oliveira

Organização

Caroline Rodrigues da Silva

Texto

Caroline Rodrigues da Silva
e Aécio Barbosa de Oliveira

Revisão

Aécio Barbosa de Oliveira, Andréia Brandão
e Taciana Gouveia

Projeto Gráfico / Diagramação

Yara Santos

Fotografias

Fase - Solidariedade e Educação e Igor Freitas Lima

Apoio

Laudes Foundation

Endereço

Rua das Palmeiras, 90, Botafogo,
Rio de Janeiro - RJ - CEP 22270-070
Telefone: +55 (21) 2536-7350
E-mail: fase@fase.org.br - Site: fase.org.br

Rio de Janeiro - Junho 2022

ALÉM DAS OPRESSÕES URBANAS



Raça, classe e gênero como
referências para práticas
e imaginários de cidades

MAIS DE SEIS MESES

Famílias dos meninos desaparecidos em Belford Roxo cobram respostas da polícia

Tripla desaparecimento dura mais de seis meses. "Eu preciso saber o que foi feito com meus netos", desabafa a avó de Lucas e Alexandre

Por Redação RBA

Publicado 05/07/2021 - 09h49

TVT/Reprodução



INÍCIO > DIREITOS HUMANOS

EXTREMA POBREZA

Despejo de moradores do "Prédio da Caixa" completa dois anos em Niterói (RJ)

Nesta segunda-feira (7), ex-moradores realizam um protesto para exigir o retorno ao prédio interditado pela Justiça

Jaqueline Deister

Brasil de Fato | Rio de Janeiro (RJ) | 08 de Junho de 2021 às 13:13

Matéria » Reportagem

Jovem negra grávida é morta durante ação da PM no Rio de Janeiro

08/06/2021 6h06

Beatriz Drague Ramos

Repórter

Compartilhe



Segundo moradores, Kathlen Romeu foi vítima de bala perdida na tarde desta terça-feira (8). Moradores fizeram protesto na região da Autoestrada Grajaú-Jacarepaguá



RIO

M

d

f

A C

che

©

©

©

©

©

©

©

©

©

©

©

©

©

©

©

©

©

©

©

©

©

©

©

©

©

©

©

©

©

©

©

©

©

©

©

©

©

©

©

©

©

©

©

©

©

©

©

©

©

©

©

©

©

©

©

©

©

©

©

APRESENTAÇÃO

Cotidianamente vemos estampadas nos jornais cenas de conflitos urbanos. Embora nem sempre percebidas, por trás delas estão os interesses do capital e a conivência do Estado para que todos os serviços públicos das cidades sejam privatizados.

Parte desses conflitos devem-se à política de militarização urbana implementada pelo Estado, sobretudo nas favelas e periferias de regiões metropolitanas, onde a população negra e juvenil acaba sendo assassinada; as mulheres vitimadas por todo tipo de violência; o trabalho precarizado e o desemprego crescente.

Portanto, as opressões urbanas vividas cotidianamente pelos cidadãos e cidadãs resultam de um modelo de cidade capitalista e excluden-

urante

INÍCIO > GERAL

MOBILIDADE

Rio tem a passagem mais cara do Brasil após aumento na tarifa do metrô para R\$ 6,30

Segundo o Idec, nova tarifa vai comprometer 27% da renda do trabalhador que ganha um salário mínimo

Redação

Brasil de Fato | Rio de Janeiro (RJ) | 04 de Maio de 2021 às 18:47

DE JANEIRO

Moradores do Rio reclamam da falta de água em diversos bairros nesta sexta-feira

Paralisação da rede de água e gás, na noite desta quinta-feira, a captação do Rio Guandu após reclamações de mau cheiro e água com gosto de terra. O sistema foi religado por volta das 7h45 desta sexta

SIGUA O DIA NO GOOGLE NEWS



te, que ignora as dimensões de raça, classe e gênero. O acesso ao direito à cidade é sempre mais limitado para os cidadãos e cidadãs que vivem nas favelas e nas periferias.

Com o objetivo de refletir sobre essas condições urbanas, esta cartilha abordará parte dos conteúdos debatidos no ciclo “Além das Opressões Urbanas: raça, classe e gênero como referência para práticas e imaginários de cidade”, que a Fase realizou entre outubro de 2020 e janeiro de 2021, com apoio da Laudes Foundation.

Esperamos que o material contribua para análise dos problemas urbanos, bem como para o fortalecimento político dos sujeitos e sujeitas que se organizam coletivamente por outro modelo de cidade.

CONHECER AS CIDADES BRASILEIRAS

Historicamente o desenvolvimento das cidades se deu vinculado ao processo de industrialização. No caso do Brasil, as cidades cresceram rapidamente a partir de 1940, quando a população urbana representava 23,3% do total. Essa mesma população representava 84,4% do total em 2010 (IBGE, 2010). O Brasil possui hoje 213 milhões de habitantes, distribuídos em 5.565 cidades. São 4.958 municípios com até 50 mil habitantes, 569 municípios de 50.001 a 500 mil habitantes e 38 municípios com mais de 500 mil habitantes (IBGE, 2013).¹

O censo de 2010 retrata o cenário de negação do direito à cidade da seguinte forma: 97% das cidades com mais de 500 mil habitantes têm favelas, sendo que nas cidades médias elas se localizam em mais de 80% dos núcleos urbanos. São 83 milhões de habitantes que não são atendidos/as por sistemas de esgotos e 45 milhões de brasileiros/as que não têm acesso aos serviços de água potável. Além disso, 37 milhões de pessoas, moradores dos centros urbanos, não conseguem acessar o transporte público por não poderem pagar o alto custo das tarifas (IBGE, 2013).²

Com baixos salários, os trabalhadores e trabalhadoras sempre encontraram muitas dificuldades para sustentar a **reprodução social** de sua fa-

1 IBGE. **Base de Informações do Censo Demográfico 2010**: resultados do Universo por setor censitário. Rio de Janeiro: MPOG, 2013.

2 IBGE. **Base de Informações do Censo Demográfico 2010**: resultados do Universo por setor censitário. Rio de Janeiro: MPOG, 2013.



mília nas cidades. A casa, por exemplo, foi sempre conquistada por meio da autoconstrução, geralmente localizada em áreas de favelas e periferias distantes dos locais de trabalho, sem a segurança da posse.

Cabe lembrar que todos/as nós temos um conhecimento sobre a cidade independentemente da idade, do gênero, da raça e do grau de escolaridade. Em geral, este conhecimento está relacionado com a nossa experiência de vida. Assim, cada pessoa conhece a cidade a partir dos territórios onde já morou, das escolas onde já estudou, dos locais onde já trabalhou, do acesso que possui aos espaços de cultura e lazer, das notícias que recebe pelos meios de comunicação.

Como a cidade é um lugar onde a desigualdade é muito grande, as injustiças sociais que vivemos no dia a dia também contribuem para o conhecimento que temos sobre a cidade.



Nas cidades médias as favelas se localizam em mais de **80% dos núcleos urbanos**

83 milhões
de habitantes

não atendidos/as
por sistemas
de esgotos

37 milhões
de pessoas

moradoras dos centros
urbanos não conseguem
acessar o transporte
público por não
poderem pagar o alto
custo das tarifas

45 milhões
de brasileiros

não têm acesso
aos serviços de
água potável

Fonte: IBGE, 2013

FICA A DICA

Reprodução social

A sociedade capitalista historicamente se constituiu a partir da exploração do trabalho não remunerado das mulheres. São exemplos o trabalho doméstico e o trabalho de cuidados que, embora sejam desvalorizados e estigmatizados pela sociedade, são fundamentais para seu funcionamento.



Foto: Igor Freitas Lima

AS CIDADES EM REGIÕES METROPOLITANAS

Na maioria das vezes, a vida em espaços urbanos não é exatamente uma escolha, ela está relacionada com a necessidade de as pessoas venderem sua força de trabalho onde exista quem possa comprá-la. No caso do Brasil, é só na passagem da década de 1930 para 1940 com a industrialização, que as cidades se constituíram em centros de poder e decisão. Esses centros estavam, até então, localizados no mundo rural. Assim, desde essa época até os dias de hoje, as cidades passaram a concentrar oportunidades de emprego, estudo, comércio, lazer, cultura entre outras atividades urbanas.

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) existem 74 regiões metropolitanas no Brasil. São caracterizadas por terem um núcleo urbano central que exerce influência econômica, social e política sobre as cidades do seu entorno. Em geral, nas regiões metropolitanas,

não sabemos onde estão os limites geográficos entre uma cidade e a outra; são localidades onde a rede de transporte é planejada para manter o fluxo de pessoas entre o centro e a periferia.

No atual estágio do capitalismo, caracterizado pela lógica neoliberal de gestão do Estado e pela valorização do **capital financeiro**, as políticas urbanas vêm sendo reduzidas a fim de assegurar a transferência de recursos públicos para setores ligados aos bancos.

Para a população mais empobrecida das cidades metropolitanas, a lógica neoliberal de gestão do Estado é nefasta porque induz a precarização dos equipamentos e serviços públicos nas áreas de favelas e periferias, ao mesmo tempo que concentra investimentos em áreas já infraestruturadas, como as áreas centrais. Portanto, ao reproduzir o modelo desigual de desenvolvimento urbano nas metrópoles, nega-se o direito à cidade para maior parte da população.

O Estado e as elites brasileiras lançam mão de todos os meios para conter as lutas emancipadoras dos movimentos sociais e das pessoas que vivem em favelas e periferias, pois são as que mais sofrem privações materiais e simbólicas deste modelo de cidade.

O crescimento das incursões policiais nesses territórios, a ampliação do domínio territorial das milícias, a presença de milicianos em posições de poder do Estado, o aumento do número de jovens negros assassinados por policiais são alguns desses meios.

FICA A DICA

Capital financeiro

É fruto da fusão entre o capital industrial e o capital bancário ocorrida na passagem do século XIX para o XX. No século XXI o capital financeiro torna-se a principal forma de capital no processo de organização da economia. Dada sua dinâmica de concentração e centralização, o capital financeiro subordina as necessidades dos Estados e das sociedades aos interesses de grandes bancos e corporações.

OBSERVANDO AS CIDADES PELA PERSPECTIVA DA RAÇA, DA CLASSE e DO GÊNERO



As cidades são lugares onde historicamente as opressões constitutivas da estrutura social brasileira se apresentam de maneira violenta. Nelas, as relações sociais patriarcais e racistas determinam a conformação do espaço urbano e os próprios tipos de sociabilidade predominantemente aceitos.

Concordemos ou não, em pleno século XXI, ainda há quem defenda que a rua é o lugar dos homens e a casa das mulheres, quem desconsidere a importância de creches públicas para que mulheres possam trabalhar, quem diminua a responsabilidade estatal quanto ao provimento de equipamentos urbanos, quem naturalize a existência de elevadores de serviço e quartos de empregada em imóveis de classe média e alta. Sendo a cidade produto de relações sociais desiguais entre os **gêneros**, a negação do direito à moradia decorrente da concentração de propriedade afeta especialmente as mulheres que, ainda hoje, seguem sendo as principais responsáveis pela reprodução social. Portanto, o caminho trilhado por mulheres para o exercício de seus direitos nas cidades é sempre distinto dos caminhos percorridos pelos homens.

A estrutura escravocrata da sociedade brasileira é outra opressão constitui-

va das vidas nas cidades. Nunca é demais lembrar que fomos o último país do continente americano a abolir a escravidão e o que recebeu o maior fluxo de africanos escravizados entre 1500 e 1900. Ao todo, desembarcaram no país 4,8 milhões de africanos escravizados! Atualmente os pretos e pardos correspondem a 56% da população brasileira, ou seja, os negros são a maioria da população.

FICA A DICA

Gênero

No senso comum a palavra gênero é identificada como sinônimo do sexo biológico, no entanto essa é uma identificação equivocada. Gênero é uma construção social desenvolvida ao longo da vida e que independe de sermos do sexo feminino ou masculino, ou seja, é a forma como nos relacionamos com os demais e somos reconhecidos na sociedade. Sendo uma construção social, o papel de gênero muda de cultura para cultura. No caso da cultura brasileira, o patriarcado determina as relações de gênero.

Branco, pretos, pardos, indígenas e amarelos se esbarram cotidianamente nas ruas, mas não se enxergam como parte da mesma sociedade. Em geral vivem em lugares diferentes das cidades. Todos reclamam dos problemas urbanos, mas não se consideram parte dele. A indiferença quanto às desigualdades urbanas, o cercamento físico de determinadas áreas, o controle de câmeras por toda parte, a ausência de espaços de uso comum e a militarização dos territórios de favela e periferias são algumas das manifestações do racismo estrutural que organiza a vida

urbana e recai de forma desigual sobre as pessoas pretas e pardas.

São nos desencontros da cidade que os olhares gritam: “esse é só um faxineiro, só um porteiro, só um jovem entregador de aplicativo”, ou “essa é só uma empregada doméstica, só uma auxiliar de serviços gerais, só uma desempregada”. Muitas vezes despercebidos, tais olhares enxergam os diferentes como menores, não dignos ou desprezíveis.

Lutar para que todos esses moradores e moradoras das cidades sejam vistos como sujeitos e sujeitas de direitos é um dos caminhos para o direito à cidade.



SEJA BEM VINDOS
AO POÇO DE JACO



#2



Foto: Igor Freitas Lima
Editoração gráfica: Yara Santos

TRABALHAR e MORAR NAS CIDADES



Embora haja concentração de postos de trabalho nas cidades que fazem parte das regiões metropolitanas, são os postos informais que predominam no mercado brasileiro. Por aqui a informalidade nunca foi uma exceção, mas a regra.

Segundo dados da Pesquisa Nacional de Amostras por Domicílio realizada em 2018 pelo IBGE, a informalidade vem crescendo como alternativa de geração de emprego e renda. A pesquisa apontou 32,9 milhões de empregados com carteira assinada; 11,2 milhões sem carteira; 23,3 milhões de trabalhadores por conta própria; e 6,2 milhões de empregados domésticos, sendo que milhões de empregados domésticos, sendo que menos de um terço possuía carteira assinada.

Com a pandemia de Covid-19, iniciada em 2020, ampliaram-se as desigualdades de inserção no mercado de trabalho. De acordo com o Boletim Especial Dieese (2020),³ entre o primeiro e o segundo trimestre de 2020, 6,4 milhões de homens e mulheres negros e negras deixaram de ser considerados como força de trabalho, isto é, perderam ou pararam de procurar emprego por acreditar não ser possível conseguir uma nova colocação. Entre os brancos, o número de pessoas nessa mesma situação chegou a 2,4 milhões. Logo, sem a possibilidade de aderir ao isolamento social e pressionados pelas necessidades de sobrevivência, negros e negras enfrentaram mais obstáculos para buscar trabalho na pandemia.

A pesquisa Informalidade e Periferia no Brasil Contemporâneo⁴, realizada em 2018 pela Fundação Perseu Abramo, demonstra que em todas as regiões do país a “viração” segue sendo uma característica dos trabalhadores informais, ou seja, suas trajetórias de vida são marcadas pelo trânsito entre formalidade, informalidade e empreendimentos familiares. A pesquisa também constata que:

- A crise econômica tem impactos muito significativos na trajetória de todos os trabalhadores e trabalhadoras;

3 DIEESE. **Desigualdade entre negros e brancos se aprofunda durante a pandemia**. Boletim especial 10/11/2020. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/boletimespecial/2020/boletimEspecial03.html>.

4 MARQUES, L. (org.). **Trajetoórias da informalidade no Brasil contemporâneo**. FPA, 2021. Disponível em: <https://fpabramo.org.br/publicacoes/estante/trajetorias-da-informalidade-no-brasil-contemporaneo1/>.

- Há diferentes tipos de informalidade que compõem essas trajetórias;
- O trabalho formal não se coloca claramente como um horizonte a ser alcançado por esses trabalhadores e trabalhadoras, já que o trabalho em diferentes atividades informais possibilita maior renda mensal, mesmo em condições precárias; e
- Trabalhadores e trabalhadoras apresentam formas de resistência distantes dos sindicatos e mais próximas das novas formas de associativismo.

Especificamente no Brasil, a implementação da Reforma Trabalhista em 2018 e a defesa explícita da informalidade pelo governo de Jair Bolsonaro como saída para a crise econômica e para a diminuição do desemprego são fatores que têm desdobramentos sobre as cidades. Basta irmos a locais de grande circulação para percebermos o aumento dos trabalhadores e trabalhadoras ambulantes, as ruas lotadas de jovens entregadores e entregadoras de aplicativo, muitos motoristas de aplicativos, os transportes cheios de vendedores e vendedoras de todo tipo de coisa. No entanto, há várias outras categorias cujo trabalho informal não percebemos, na medida em que são exercidos no âmbito doméstico.

Por trás das inúmeras placas de venda de serviços nas favelas há uma família, em geral chefiada por mulheres, que trabalha arduamente. Este também é o caso das empregadas domésticas, das manicures, das vendedoras de cosméticos, das costureiras domiciliares, das artistas periféricas e de alguns trabalhos *on-line* realizados em residências privadas.

Diante deste cenário, o fortalecimento de novas práticas e imaginários de cidade requer conhecermos as condições de trabalho das classes populares e desconfiarmos das soluções mágicas para a geração de emprego e renda via **empreendedorismo social**. A desigualdade de condições para empreender no campo popular e fora dele e a ausência de direitos trabalhistas são algumas das questões que devem nos deixar alertas.



Foto: Igor-Freitas Lima

FICA A DICA

Empreendedorismo social

Em geral, o empreendedor e a empreendedora busca identificar oportunidades de negócios para geração de lucro. No caso do empreendedorismo social, além do lucro, a atividade-fim busca trazer benefícios para a sociedade. No Brasil, o vínculo de trabalho dos empreendedores e empreendedoras pode ser formal ou informal. Se for formal, se dá por meio da inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) ou por meio da inscrição como Microempreendedores Individuais (MEI). Conforme identificado pela pesquisa *Informalidade e Periferia no Brasil Contemporâneo* (2018) estamos vivendo um processo de meicização, ou seja, o MEI vem inserindo trabalhadores e trabalhadoras no mercado formal de trabalho, garantindo acesso à seguridade social e alguns direitos associados ao trabalho, mas ao mesmo tempo está promovendo a migração de trabalhadores contratados por CLT para MEI. A esse processo chamam “empreendedorismo forçado”.

MUDANÇAS NAS FORMAS DE ASSOCIATIVISMO



Antes de apresentarmos algumas características do tecido associativo é necessário pontuar que não se trata de algo novo no cenário político, mas parte de um processo histórico amplo, cujas transformações no mundo do trabalho são o pano de fundo.

Lembremos que o capital produtivo, aquele ligado à indústria, à produção de bens de consumo e manufaturas, deixou de ser a principal fonte para ganhos monetários e de ampliação da riqueza. Não há precedentes na história do capitalismo, em que a extração de lucro ou valor ocorra via capital financeiro. Assim, mesmo sem eliminar o uso do trabalho humano, o padrão de funcionamento do capitalismo impõe cotidianamente aos trabalhadores e trabalhadoras a precariedade, a sobrecarga e a ausência de garantias trabalhistas. Todas essas mudanças trouxeram dificuldades para as tradicionais formas de organização em sindicatos e partidos.

Outros dois fatores importantes para compreendermos as mudanças nas formas de associativismo são:

■ **O aumento das desigualdades sociais causadas pela adesão da lógica neoliberal nos sistemas políticos.** A desigualdade social sempre esteve presente na história da sociedade brasileira, no entanto ela aumentou nos últimos anos devido aos cortes em políticas públicas e a políticas de austeridade fiscal.

Assim, é importante lembrarmos que o patrimônio dos 42 bilionários brasileiros aumentou US\$ 34 bilhões (cerca de R\$ 177 bilhões) durante a pandemia de Covid-19 (OXFAM, 2020)⁵. Não há dúvida que parte das 650 mil vidas perdidas devido à Covid-19 poderiam ter sido preservadas se os protocolos sanitários tivessem sido cumpridos pelo governo (2018-2022). Na ausência de investimentos massivos em saúde pública, assistência social e em políticas de renda mínima, a população sofreu diversas consequências como o aumento da fome no país.

■ **A intensificação do uso da internet e das redes sociais para ação coletiva.** Se o ciclo de protestos de junho de 2013 já sinalizava a centralidade da comunicação para as lutas sociais, a pandemia evidenciou a importância do uso das redes sociais e do WhatsApp para a organização das ações de solidariedade. Embora a mídia comunitária seja uma estratégia de luta dos movimentos sociais utilizada há muito, há enormes diferenças entre o tempo em que as rádios e os jornais comunitários eram os

⁵ OXFAM BRASIL. Poder, lucros e a pandemia: da distribuição excessiva de lucros e dividendos de empresas para poucos para uma economia que funcione para todos. OXFAM, 2020. Disponível em: <https://www.oxfam.org.br/justica-social-e-economica/poder-lucros-e-pandemia/>.

principais veículos de difusão de informações nos territórios e a atualidade, em que os aplicativos de celular e **redes de autocomunicação de massa** passaram a dominar não só nossa forma de comunicação, mas todos os domínios da vida social. Nesse sentido o uso das redes para ação coletiva é atravessado por questões como:

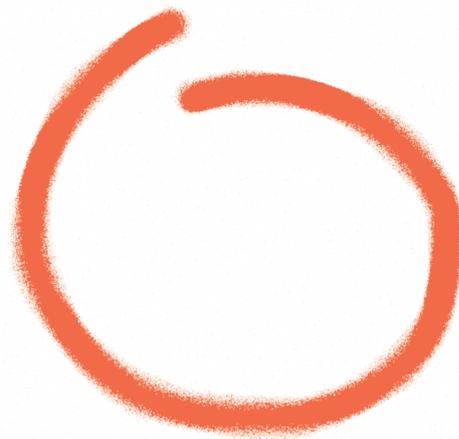
- Há **desigualdade no acesso à internet** e existem diferentes graus de conhecimento sobre as tecnologias da informação;
- Redes possibilitam **maior autonomia da/do militante em sua inserção dentro de uma coletividade**. Disso se desprende uma tensão central entre o indivíduo e o coletivo já que não há separação clara entre vida privada e vida pública, assim como as redes criam oportunidades políticas tanto para os indivíduos como para o coletivo;
- A **comunicação em tempo real** e a possibilidade de interação com a notícia instantaneamente trouxe algo novo para as lutas sociais. A **carga de emoção** e a rapidez com que interagimos com tais eventos e postamos nas redes sociais **dificulta a reflexão mais aprofundada sobre suas causas**;
- A velocidade das redes sociais, por vezes, **atropela os processos políticos coletivos**, os quais exigem conversas mais longas, espaços seguros de escuta coletiva, tempo para negociação e/ou construção de possíveis consensos;
- Redes também têm sido meios para **expor conflitos internos dos grupos**, constranger outros sujeitos coletivos ou ainda criar um tipo de competição no território de atuação;
- Sendo um meio onde a imagem é muito valorizada, as redes têm gerado um tipo de **“empreendedorismo militante”** que às vezes atropela os acordos coletivos do grupo e projeta a imagem de uns em detrimento de outros.

FICA A DICA

Redes de autocomunicação de massa

Estão baseadas em redes horizontais, multidirecionais e interativas de comunicação, que são construídas nas redes da internet e nas plataformas de comunicação sem fio. Essa comunicação é de massa porque processa mensagens de muitos para muitos, com potencial de conectar um número infindável de redes que transmitem informações digitalizadas pela vizinhança ou pelo mundo. É autocomunicação porque a produção da mensagem é decidida de modo autônomo pelo remetente, a escolha do receptor é autodirecionada e a recuperação de mensagens das redes é autosselecionada.

CARACTERÍSTICAS DOS SUJEITOS COLETIVOS CONTEMPORÂNEOS



Além das tradicionais lutas urbanas por abastecimento de água, tratamento de esgoto, transporte, moradia e regulação fundiária, o tecido associativo contemporâneo se caracteriza por uma nova gramática política, táticas de ação e agenda de luta bastante heterogênea.

Apresentamos a seguir algumas dessas características.

- Possuem **identidades múltiplas** (mulheres, homens, jovens, negros, negras, trabalhadores, trabalhadoras LGBTQIA+, periféricos, periféricas, religiosos, religiosas, indígenas, quilombolas, agricultores, agricultoras) e uma plurimilitância, ou seja, em geral o mesmo sujeito ou sujeita político/a milita em mais de um espaço ao mesmo tempo, portanto ao se identificar diz assim: “sou mãe, trabalho na costura, milito na Articulação de Mulheres Brasileiras, sou membra do Fórum de Mulheres Negras do Estado do Rio de Janeiro e também apoio o Coletivo de Cultura Periférica da minha favela”.
- Essa plurimilitância impõe desafios como a **sobrecarga de atividades** e a sobreposição de agendas de diferentes movimentos, o que muitas vezes dificulta a efetividade das ações, bem como gera um tipo de “produtividade militante” que não permite descanso, cuidado de si, lazer, férias.
- Há quem defenda que a plurimilitância sempre existiu, que os sujeitos dos anos 1980 também participavam de diversos espaços os quais estabeleciam certa hierarquia entre si e estavam conectados ao projeto político defendido. A diferença é que **atualmente a plurimilitância parece estar sendo motivada mais por interesses individuais e menos por uma demanda do coletivo**. Um fator que comprova essa afirmação é que nem sempre há conexão entre os espaços que se participa. Outro fator é que estamos numa sociedade neoliberal que estimula a competição, que valoriza o desempenho individual, que incentiva o uso excessivo da imagem nas redes sociais e estabelece as “curtidas” como método de aprovação ou desaprovação social etc. Sabemos que essa não é uma regra, mas nos parece importante estarmos alertas ao fato de que muitas iniciativas militantes têm se descolado dos interesses coletivos e do processo coletivo necessário para construção de projetos de sociedade anticapitalistas.
- A mobilização desses sujeitos políticos, muitas vezes, é **pontual**, organizam-se e desmobilizam-se de acordo com seus interesses ou com a conjuntura.
- Para alguns desses sujeitos **o nome e a autodefinição são muito importantes** e

garantem a afirmação da diferença, contudo, para outros, essa nomeação acaba limitando, classificando, hierarquizando, ou expondo a maiores riscos.

- Até os anos 1990 a autodefinição **como associação, partido, sindicato, movimento e rede** parecia dar conta do tecido associativo. Hoje o mapa é mais plural e fragmentado, com muitíssimas outras autodefinições: **comitê, coletivo, coletiva, convergência, campanha, assembleia, frente, articulação, rolê, casa, quilombo, conselho, marcha, escola, espaço, grupo, brigada, projeto, comuna, levante, aldeia, quintal, teia, etc.**
- Nossas **lutas passaram a ser cada vez mais territorializadas sem serem localistas**, ou seja, reivindicam o direito ao seu território de identidade ao mesmo tempo que se conectam a outras lutas por meio das redes sociais, lutas que contribuem para ampliar o imaginário de cidade.
- Há uma **tendência de valorização das identidades**, que são fluidas e múltiplas, ao mesmo tempo que há uma tendência de que a **identidade territorial comum** articule os sujeitos.
- Há uma **aproximação entre militância e universidade**, muitas vezes o militante não é só militante mas também pesquisador.
- Sujeitos **produzem e difundem seus próprios conhecimentos** por meio de ferramentas cada vez mais mediadas pelas plataformas digitais.
- Sujeitos **passam do estigma ao orgulho** e da fragilidade à potência e, nesse processo, se afirmam como produtores de conhecimento e rechaçam o lugar de objetos de estudo que sempre lhes foi dado.
- Sujeitos dão ênfase cada vez maior à **coerência entre discurso e prática** e à necessidade de experienciar os valores que almejam mudar na sociedade.

Foto: Arquivo Fase - Solidariedade e Educação



INTERSECCIONALIDADE COMO FERRAMENTA POLÍTICA PARA FORTALECER PROCESSOS DE RESISTÊNCIA SOCIAL URBANA

“A interseccionalidade não é um somatório de dimensões, é a encruzilhada das diferenças” (Rachel Barros).

Partindo da ideia de interseccionalidade como prática política e não como um conceito teórico, tomamos por referência mulheres negras como a filósofa brasileira Lélia Gonzalez, a administradora brasileira Luiza Helena de Bairros, a afro-americana abolicionista Sojourner Truth e a socióloga americana Patrícia Hill Collins. Essas são algumas das muitas ativistas que nos ajudam a entender que as opressões urbanas são parte da estrutura social e não atingem a todas as pessoas da mesma forma.

Em geral, utilizamos apenas a categoria classe social para explicar as desigualdades e interpretamos as disparidades de riqueza de modo desconectado das categorias raça, gênero, sexualidade, idade, estatuto da cidadania.

Como ferramenta política, a interseccionalidade explica como a sobreposição dessas categorias posiciona as pessoas de maneira diferente no mundo. Por exemplo, a pandemia de Covid-19 não afetou mulheres negras e brancas da mesma forma, conforme aponta o *Dossiê: Mulheres Negras e Justiça Reprodutiva 2020-2021* (CRIOLA, 2021)⁶. Segundo esse estudo há maior porcentagem de mulheres negras (39,8%) em situação de extrema pobreza se comparado às mulheres brancas (11,9%); há maior porcentagem de mulheres negras desempregadas (18,2%) se comparado às mulheres não negras desempregadas (11,3%); assim como há maior porcentagem de mulheres negras subutilizadas (40,5%) se comparado às mulheres brancas (26,4%). Portanto, a interseccionalidade nos ajuda compreender por que a pandemia de Covid-19 aumentou a vulnerabilidade social e a insegurança alimentar entre as mulheres negras.

As lentes interseccionais também nos permitem perceber que as políticas públicas implementadas pelo Estado podem contribuir tanto para redução quanto para o agravamento das opressões urbanas. Lembramos

⁶ CRIOLA. (Dossiê) *Mulheres negras e justiça reprodutiva 2020-2021*. Criola, 2021. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1eHGSM3DmKx1m9NbXEqrFBKRQqNzgeoBx/view>

que as disparidades de riqueza refletem o sistema de poder que temos, e a existência ou não de políticas públicas depende desse sistema de poder.

Assim, além de nos ajudar a entender a forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios operam na sociedade, a interseccionalidade é uma ferramenta política que pode inspirar processos de resistência social urbana.

Pessoas negras, mulheres, LGBTQIA+, minorias étnicas e religiosas, povos indígenas nunca disfrutaram plenamente de seus direitos e, conseqüentemente, têm menos a perder do que a ganhar se perceberem que, salvo as diferenças entre cada uma delas, a lógica que sustenta as opressões urbanas e mantém a estrutura social é a mesma.

Nesse sentido, Bernardino Costa (2015)⁷ nos desafia a exercitar a “interseccionalidade emancipadora”, ou seja, ele propõe que os marcadores das diferenças sejam articulados na produção de solidariedade política e nas estratégias de atuação para acesso a direitos e outros ganhos democráticos, o que, para o autor, são dinâmicas que resultam na construção de “projetos decoloniais de resistência e re-existência”.



Ilustração: Yara Santos

7 BERNARDINO-COSTA, J. **Decolonialidade e interseccionalidade emancipadora: a organização política das trabalhadoras domésticas no Brasil**. *Revista Sociedade e Estado*, v. 30, n. 1, 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/se/a/tjznDrswW4TprwsKy8gHzLQ/?lang=pt>.

A person in a black and orange feathered costume holds a sign. The person has white face paint and orange eye makeup. The sign is black with white and orange text. The background is a bright, overcast sky.

Eles combinaram de

NOS MATAR

mas nós
combinamos de

NÃO MORRER

Conceição Evaristo

ALA PERNALTA | ORQUESTRA VOADORA 2019

QUE CIDADE VOCÊ DESEJA?

Quando falamos de quais são os “imaginários de cidade” que cada cidadão e cidadã deseja pode parecer, num primeiro momento, uma abordagem individualizada da realidade. Será? Pare e pense quantos “sonhos de cidade” existem na cidade que você vive? Quantas pessoas nasceram e morreram lutando para que ela fosse diferente? Reflita se seu sonho de cidade atual não é parecido com o sonho de alguém. Onde mora ou morou esse alguém? O que vocês têm em comum? O que vocês têm de diferente?

Assim como nós, as cidades carregam consigo a sua história; trazem marcas e ausências do seu processo de formação urbana e guardam memórias das diferentes formas e conteúdos que a constituem hoje. Logo, não podemos esquecer que a paisagem urbana que conhecemos já passou por inúmeras transformações.

Também precisamos lembrar que o enfrentamento às opressões de classe, raça e gênero que caracterizam as vidas urbanas não começaram no século XXI. Vem de longe a luta pelo direito à terra e pelo direito à moradia digna, a insubmissão popular às relações de trabalho aviltantes, o levante das mulheres em relação às históricas desigualdades de gênero, a resistências dos povos negros, indígenas e quilombolas na defesa de seus territórios.

Por isso tudo, tratar do direito à cidade na atualidade exige de cada cidadão e cidadã um olhar para trás e outro para frente, um olhar que conheça por que as cidades são tão pouco adequadas às necessidades sociais, mas também seja capaz de sonhar com outros modelos de vida urbana, uma vida que precisa ser digna.



"Uma frase isolada de Paulo Freire se tornou um mantra pra mim: 'Não podemos entrar na luta como objetos para nos tornarmos sujeitos mais tarde'. Realmente é difícil encontrar palavras adequadas para explicar como essa afirmação era uma porta fechada - e lutei comigo mesma para encontrar a chave - e essa luta me engajou num processo transformador de pensamento crítico⁷".

- bell hooks



⁷ hooks, bell. Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade. São Paulo Martins Fontes, 2013.

PARTICIPANTES

O ciclo “Além das opressões urbanas: raça, classe e gênero como referência para práticas e imaginários de cidade” contou com os saberes e experiências de pessoas que constroem outros sonhos de cidades.



Aécio Barbosa de Oliveira
Ana Lúcia Ferreira
Ana Lúcia Luparelli Rigueti
Andressa Assis Marcolino
Angela Aparecida da Silva
Ariana Kelly dos Santos
Bruna da Silva
Bruno Alves de França
Caroline Rodrigues da Silva
Elaine Ferreira de Oliveira
Eliana Maria das Graças Custódio
Eliene Isabel Xavier
Emanuelle Anastassopoulos
Esthefanie Ellen Moreira Ramos
Fernanda do Socorro Ferreira Senra Antelo
Fernanda Gewehr de Oliveira
Isabele de Aguiar Corrêa
Isabele Viana Marques
Isabella Santos Corrêa
Ivone de Mattos Bernardo
Jessica das Graças Machado Candido
Joseane Martins de Lima
Kamily de Miranda Bomfim Sanches dos Santos
Kelly da Silva
Ladisséa Salvina da Silva
Lara Sartório Gonçalves
Leila de Oliveira da Silva

Letícia Gabrielle Lima da Costa e Silva
Leticia Mello de Souza Nascimento
Lilian Luiz Barbosa
Lucas Lopes de Almeida
Luiz Gustavo Gabler
Marta da Silva Batista
Michele Seixas
Milla Gabrieli dos Santos Faria
Mônica de Souza Ponte
Monique Rodrigues da Silva
Nivia do Carmo Raposo
Patricia Evangelista Ribeiro
Poliana Gonçalves Monteiro
Rachel Barros de Oliveira
Rejany Ferreira dos Santos
Renan Oliveira dos Santos
Rosangela Fernandes de Castro
Rose Cipriano
Rosilene Torquato de Oliveira
Sílvio Ribeiro
Sueli Catarina De Carvalho
Taciana Gouveia
Tatiana Dahmer Pereira
Tatynne Lauria
Thays Lorena dos reis
Wildna Silva do Nascimento



COSTURANDO MODA
COM DIREITOS

Apoio: Laudes ———
— Foundation